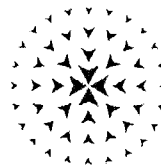


ASSEMBLEIA MUNICIPAL DO CRATO
ATA N.º 1/2020, DE 28 DE FEVEREIRO
REUNIÃO ORDINÁRIA



CRATO
Município

Aos vinte e oito dias do mês de fevereiro de dois mil e vinte, pelas vinte e uma horas, no Edifício Municipal Multiusos - Estrada Nacional 245, no Crato, reuniu a Assembleia Municipal do Crato, em sessão pública ordinária, sob a presidência da sua excelentíssima Presidente, **Sandra Maria Sias Cardoso**, com a seguinte ordem de trabalhos:

1. Informação da Atividade da Câmara Municipal;

Presenças:

Membros da Assembleia Municipal:

Registou-se a presença de Sandra Maria Sias Cardoso, José Manuel Nunes Salvador Tribolet, Fernando Carmosino Simões Bastos Silva, João da Silva Gonçalves, Céu Maria Alves Gonçalves Batista, Francisco Maria Enes Oliveira Sampaio Soares, Ana Teresa Batista Correia Lopes Charneco, Filipe Ricardo de Bastos Abreu, José Filipe da Conceição Carrilho, Francisco João Belo Farinha, António Manuel Iria Matias, Miguel Romão Caldeira Batista, Maria Natália Mimoso Alfaia de Andrade Castelinho e José Camilo do Rosário Videira.

No que respeita aos **Presidentes das Juntas de Freguesia**, registaram-se as seguintes presenças:

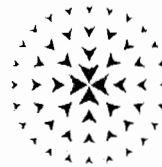
Presidente da Junta de Freguesia de Aldeia da Mata, **Sérgio João Farinha Calado**, Presidente da União das Freguesias de Crato e Mártires, Flor da Rosa e Vale do Peso, **Ana Izabel Carrilho Pitacas Antunes Merêces** e Presidente da Junta de Freguesia de Monte da Pedra, **Rui Miguel Subtil Pires**.

O senhor Presidente da Junta de Freguesia de Gáfete, **José Manuel Abreu Garcia** fez-se substituir pelo Secretário, **Armando Coelho**.

No que respeita aos membros do **Executivo Municipal**, registou-se a presença do senhor Presidente da Câmara, **Joaquim Bernardo dos Santos Diogo** e dos senhores Vereadores, **Marco Fernando Duque de Mendonça** e **Marco Paulo Janeiro Rosa**.

Os senhores Vereadores **João Manuel Ferreira Farinha**, que justificou a sua falta e **Ângelo Fernandes** não estiveram presentes.

Registou-se a presença de público.



Verificado o quórum necessário a senhora Presidente da Assembleia Municipal, **Sandra Maria Sias Cardoso** deu início aos trabalhos pelas vinte uma horas e treze minutos.

PERÍODO DE “ANTES DA ORDEM DO DIA”

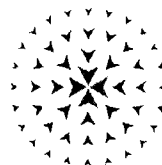
A Presidente da Assembleia Municipal, **Sandra Maria Sias Cardoso**, informou do registo da correspondência **recebida e expedida de 8 de novembro de 2019 a 28 de fevereiro de 2020**, sendo o mesmo entregue a todos os membros da Assembleia Municipal.

A Presidente da Assembleia Municipal, **Sandra Maria Sias Cardoso**, colocou a proposta de **ata nº 6/2019 da sessão ordinária de 26 de setembro de 2019** à votação a qual foi **aprovada por unanimidade**

A Presidente da Assembleia Municipal, **Sandra Maria Sias Cardoso**, colocou a proposta de **ata nº 7/2019 da sessão ordinária de 8 de novembro de 2019** à votação a qual foi **aprovada por maioria, a saber:**

a) **18** (dezoito) **votos a favor**, a saber:

- **9** (nove) **votos do Grupo do PS:** Sandra Maria Sias Cardoso, José da Silva Gonçalves, Céu Maria Alves Gonçalves Batista, Filipe Ricardo de Bastos Abreu, Francisco João Belo Farinha, Miguel Romão Caldeira Batista, Maria Natália Mimoso Alfaia de Andrade Castelinho, Presidente da União das Freguesias de Crato e Mártires, Flor da Rosa e Vale do Peso, Ana Izabel Carrilho Pitacas Antunes Merêces e Vice-Presidente da Junta de Freguesia de Gáfete, Armando Coelho.
- **5** (cinco) **votos do Grupo do PSD:** Francisco Maria Enes Oliveira Sampaio Soares, José Filipe da Conceição Carrilho, Eduarda Maria Subtil Pires, Presidente da Junta de Freguesia de Aldeia da Mata, Sérgio João Farinha Calado e Presidente da Junta de Freguesia de Monte da Pedra, Rui Miguel Subtil Pires.



- **4 (quatro) votos do Grupo da CDU:** Fernando Carmosino Simões Bastos Silva, Ana Teresa Batista Correia Lopes Charneco, António Manuel Iria Matias e José Camilo do Rosário Videira.
- b) **1 (uma) abstenções**, a saber:
 - **1 (um) voto do Grupo da PSD:** José Manuel Nunes Salvador Tribolet. (por não ter estado presente na referida reunião).

De seguida procedeu-se a uma breve apresentação do trabalho da **CPCJ** e da **APAV** pelas suas representantes, **Professora Ana Semedo** e **Dr.ª Rita Martinho**, respetivamente, disponibilizando-se para qualquer esclarecimento que os eleitos considerassem pertinentes.

Tomou a palavra a eleita **Ana Teresa Charneco, da CDU**, representante da Assembleia Municipal na CPCJ, congratulando-se com a forma como a Professora Ana Semedo está neste projeto, com a capacidade de envolver todos os membros da Comissão, passar a informação necessária e positiva do trabalho que tem sido feito no terreno.

Deu entrada na mesa da Assembleia Municipal uma **Moção - Contra a Desqualificação da Agência da Caixa Geral de Depósitos do Crato**, aprovada pela Câmara Municipal do Crato, a qual foi aprovada por unanimidade a sua admissão à discussão.

“PROPOSTA de MOÇÃO

CONTRA a DESQUALIFICAÇÃO da AGÊNCIA da CAIXA GERAL DE DEPÓSITOS do CRATO

Considerando que:

- a) *A Caixa Geral de Depósitos (CGD) é o banco público nacional, com as correspondentes obrigações e garantias de um serviço de qualidade e de proximidade com as populações, de apoio às famílias e às pequenas e médias empresas por excelência.*



E tendo em conta que:

- a) *A CGD deixou de ser uma Agência Bancária para passar a ser uma extensão da Agência de Alter do Chão, da qual depende e à qual está subordinada;*
- b) *Deixou de existir órgão de gerência residente e como tal perdeu competências e capacidade de decisão;*
- c) *O horário de atendimento foi reduzido (apenas durante a manhã) e apenas tem um funcionário administrativo sem competências delegadas para representar a CGD nas mais simples decisões necessárias ao funcionamento quotidiano;*
- d) *A limitação quer dos montantes permitidos em depósito e levantamento quer na movimentação de moeda metálica, não sendo permitida a sua entrega para depósito, como nos montantes permitidos nas transferências;*
- e) *Em termos da área automática a possibilidade de tempos alargados de inoperacionalidade das máquinas por falta de recursos humanos que as reponham em funcionamento em tempo razoável;*
- f) *Nas operações passivas e ativas a limitação ou redução do horário de atendimento (só de tarde) que pode provocar o alargamento dos tempos de resposta a dúvidas e pedidos de esclarecimento, bem como sobre autorizações de operações de crédito, quer de particulares quer de empresas;*
- g) *Como se justifica e se possa aceitar, que o cliente da anterior agência do Crato que viu drasticamente reduzidos, em termos de quantidade e qualidade, os serviços que lhe são prestados, continue a pagar exatamente o mesmo que pagava quando usufruía desses serviços em pleno.*

Assim, a Assembleia Municipal do Crato:

1. *Demonstra a sua total discordância relativa a esta política da desqualificação de balções adotada pela CGD;*
2. *Exige ao Governo e à Administração da Caixa Geral de Depósitos que ponham fim a esta decisão;*
3. *Mostra total solidariedade para com a população, empresas e trabalhadores que estejam a ser afetados por esta medida."*

Interveio o eleito **Fernando Carmosino, da CDU**, dizendo que a CGD **não** é um Banco privado, ou seja, deveria corrigir as assimetrias, algo que deveria ser solidário em território deprimido e naquilo que é

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DO CRATO
ATA N.º 1/2020, DE 28 DE FEVEREIRO
REUNIÃO ORDINÁRIA



CRATO
Município

considerado o interior, considerando que a Moção está bem explanada, e são atitudes e políticas desta natureza que, na sua opinião, o Governo jamais deveria permitir, que levam à situação existente, causadora de um grande transtorno aos cidadãos do concelho do Crato que são detentores de contas na Caixa Geral de Depósitos, pois as comissões de manutenção das suas contas são iguais àqueles que têm um serviço de qualidade.

Referiu que o grupo da CDU está totalmente de acordo com a moção apresentada, na qual está muito bem explanada toda a situação, e que a mesma deverá ser enviada a todos os órgãos competentes.

Tomou a palavra o eleito **José Manuel Tribolet, do PSD**, congratulando-se com a moção apresentada, considerando que se devia aprofundar, numa tomada de posição subsequente e numa interação com a Caixa Geral de Depósitos, no sentido de solicitar a esta organização que explicita como é que tenciona não discriminar negativamente contra os cidadãos deste concelho, e que medidas complementares e alternativas é que se propõe tomar, nomeadamente com as deficiências que existirão através de meios móveis para que possa ter serviços de proximidade com a frequência adequada, para servir o mínimo das necessidades das populações nas freguesias e sede do concelho, considerando que se deveria interpellar formalmente a Caixa Geral de Depósitos e solicitar que nos respondam.

Tomou a palavra o eleito **João Gonçalves, do PS**, dizendo que os eleitos do PS apoiam totalmente a moção apresentada e que estão em consonância com as intervenções tidas anteriormente pelos representantes dos restantes grupos políticos.

Considera preocupante esta decisão da Caixa Geral de Depósitos, e não surpreenderá que a maioria dos seus clientes optem por outra entidade bancária que esteja sediada no Crato e que está permanentemente aberta. Este será o argumento necessário para que brevemente a Caixa Geral de Depósitos venha dizer que, “perante o reduzido e nulo movimento que tem, encerrará as suas instalações.”

Disse que, antes que isto aconteça, dever-se-á tomar uma posição muito forte, até porque é um Banco público e cuja gestão está a ser suportada pelos impostos dos cidadãos.

Após as várias intervenções por parte dos eleitos no sentido de se associarem à Moção, a **Presidente da Assembleia Municipal, Sandra Cardoso**, colocou a **Moção - Contra a Desqualificação da Agência da Caixa Geral de Depósitos do Crato** à votação, a qual foi **aprovada por unanimidade**.



Pelos **eleitos do PSD** foi apresentada na mesa da Assembleia Municipal uma **Recomendação à Câmara Municipal, sobre Transferência de Competências para as Juntas de Freguesia do Município, no âmbito do Decreto-Lei n.º 57/2019, de 30 de abril**, a qual será apreciada na próxima sessão da Assembleia Municipal, por não ter cumprido o prazo legal de entrega da mesma.

Deu entrada na mesa da Assembleia Municipal uma **Moção – Pela Criação das Regiões Administrativas**, apresentada pelos **eleitos da CDU**, a qual será apreciada e votada na próxima sessão da Assembleia Municipal, por não ter cumprido o prazo legal de entrega da mesma.

Foi entregue o Relatório do Estatuto de Direito de Oposição.

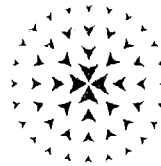
PERÍODO DA “ORDEM DO DIA”:

1. Informação da Atividade da Câmara Municipal

Tomou a palavra o eleito **Fernando Carmosino, da CDU**, perguntando qual o ponto de situação da adjudicação de estudos para a construção da Barragem do Pisão e qual a previsão da entidade que vai pagar este investimento.

Considerando o empenho das Autarquias envolvidas e do Grupo de Trabalho criado para o efeito, não concorda que sejam estas autarquias a suportar esta despesa, pois é um investimento de interesse nacional e o valor avultado não pode ser mais uma desculpa por mais 40 anos, para não se fazer, referindo que uma das componentes para o projeto ser financiado, será através de fundos comunitários.

Disse que um Presidente de Câmara tem responsabilidades mas, não as tem todas, considerando que todos os eleitos têm que ser solidários com as atitudes que cada um toma e relativamente aos resíduos referiu que, no distrito de Portalegre se está a passar uma das maiores vergonhas a nível nacional, em que as



questões do capital ditaram como se trata mal os utentes, sempre enchendo a boca que é para salvaguardar o meio ambiente.

Disse que, até há bem pouco tempo existia uma empresa certificada e valorizada que dava lucro, e que os mesmos eram dados aos seus acionistas, tal como as autarquias, que abdicaram dos mesmos para investir na modernização e eficiência dessa mesma empresa, de seu nome Valnor que, no fundo foi privatizada pela SUMA – Grupo Mota-Engil e Urbaser, entrando mais dez Municípios, perguntando qual o ponto da situação relativamente à recolha de resíduos, considerando que a Câmara irá ter encargos com esta mudança.

Questionou por último, qual o ponto da situação da criação da Empresa Intermunicipal das Águas.

Interveio o eleito **José Manuel Tribolet, do PSD**, dizendo que a qualidade do relatório da atividade da Câmara melhorou relativamente ao anterior, mas lamentou que em cada uma das áreas de atividade não venha um pequeno sumário executivo que faça entender melhor, em que medida é que a atividade feita no trimestre alcançou os objetivos que se pretendia ou não, e quais os condicionalismos para que não corresse tão bem e porquê.

Sugerindo que uma página por secção ajudaria muito, para que os eleitos fizessem uma valorização mais adequada da atividade que é descrita de uma forma extensiva, lamentando que a sua sugestão continua a não ser aceite e que a mesma viria a enriquecer bastante a leitura do documento.

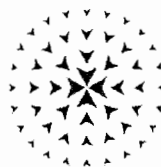
Realçou positivamente a parte do relatório relativamente à Educação, pois em parte contempla a sua sugestão, o qual tem uma síntese e um conteúdo bastante informativo.

Referiu que sobre os diversos projetos e candidaturas em curso, as imagens que constam do relatório dão muito pouca informação sobre o seu conteúdo, solicitando esclarecimento em particular sobre a candidatura em termos de SAMA da capacitação e modernização dos serviços públicos.

Interveio o eleito **João Gonçalves, do PS** dizendo que um relatório tem sempre características muito específicas naquilo que divulga e que explica, considerando que o relatório da Atividade Municipal está esclarecedor e, por esse motivo, não tem nenhuma objeção a colocar.

O senhor **Presidente da Junta de Freguesia de Monte da Pedra, Rui Pires**, sugerindo que a capa do relatório pudesse conter o período de referência, apesar de, na parte das reuniões se conseguir perceber através das datas. Fez referência a esta questão porque, na página 54 do referido relatório, está uma atividade que, por

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DO CRATO
ATA N.º 1/2020, DE 28 DE FEVEREIRO
REUNIÃO ORDINÁRIA



CRATO
Município

lapso, foi incluída, pois as podas de árvores de grande porte em Monte da Pedra foram realizadas no ano anterior e não em 2020.

Relativamente ainda ao relatório na parte das reuniões não consta uma reunião realizada em Monte da Pedra, no dia 5 de fevereiro relativamente à Transferência de Competências, na qual estiveram presentes a Câmara Municipal e o Executivo da Junta de Freguesia.

Relativamente à questão do cemitério de Monte da Pedra, frisou que está a ser feito já algum trabalho, existindo já a aprovação de um Protocolo e uma alteração ao orçamento no sentido de reforçar rúbricas, mas considera urgente passar para o terreno, pois existem apenas duas campas temporárias.

Disse que na ata 1/2020 de 2 de janeiro, da Câmara Municipal, refere que o senhor Presidente da Câmara em certo contexto de conversas sobre a obra do cemitério de Monte da Pedra, informou que tinha visitado o cemitério do Crato, que é da competência da Câmara, mas que, ao de Monte da Pedra ainda não tinha ido.

Relembrou que, em março de 2018, a Câmara Municipal fez a Presidência Aberta em Monte da Pedra, na qual se realizou uma reunião de Câmara no Salão da Junta de Freguesia e, na ata dessa reunião, está referido que o Executivo da Junta transmitiu vários problemas existente, inclusive a questão do cemitério, afirmando que houve uma visita ao mesmo com o Executivo da Junta e o Presidente da Câmara, considerando que pode haver um esquecimento mas que não deverá passar completamente em branco.

Disse que, tendo em conta que o órgão deliberativo da Junta de Monte da Pedra rejeitou a Transferência de Competências, questionou se, relativamente aos apoios da Câmara às Juntas de Freguesia iria ser igual para todas, ou se iria haver uma atenção com a Junta de Monte da Pedra uma vez que o processo de Transferência de Competências ainda não está terminado, manifestando todo o interesse em resolver esta situação.

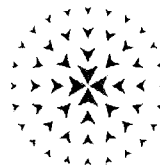
Referiu que na Junta de Freguesia de Monte da Pedra entraram duas pessoas ao abrigo do Contrato de Emprego-Inserção para pessoa com deficiência e incapacidade, questionando se a comparticipação da Câmara sobre essas duas pessoas irá continuar ou irá começar a ser suportado pela Junta de Freguesia.

Interveio o senhor **Presidente da Câmara Municipal, Joaquim Diogo**, agradecendo a apresentação feita no período antes da ordem do dia, quer pela CPCJ, quer pela APAV, pretendendo-se deste modo, mostrar a pertinência do trabalho desenvolvido por estas duas entidades no nosso Concelho, assim como a sua relevância.

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DO CRATO

ATA N.º 1/2020, DE 28 DE FEVEREIRO

REUNIÃO ORDINÁRIA



CRATO

Município

Sobre a moção da Caixa Geral de Depósitos, garantiu que a mesma tinha sido enviada para inúmeras entidades e que apesar de não saber se tinham dado conhecimento aos membros da Assembleia de todos os destinatários, podia garantir que todas as que ali foram mencionadas tinham recebido a moção em causa. Deu o exemplo da Administração da CGD, dos Grupos Parlamentares, dos Deputados eleitos pelo círculo eleitoral do distrito de Portalegre, dos vários Ministros, inclusivamente para o Gabinete do senhor Primeiro Ministro.

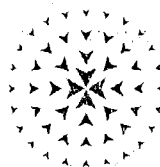
Deu nota que os dois Deputados eleitos pelo nosso Distrito, já dirigiram uma pergunta ao senhor Ministro de Estado e das Finanças responsável pela área do banco público, da CGD, relativamente a esta questão. Completou afirmando que a Moção feita era explícita, servindo para se manifestarem contra esta situação que estava a acontecer, mas também, como alguém ali tinha referido, para precaver situações idênticas em outros Concelhos limítrofes ou outros Concelhos do interior do país. Afirmou que estas situações retiravam força a este território.

Sobre a atividade da Câmara começou pela questão da Barragem do Pisão dizendo que todos os estudos e projetos que estavam neste momento previstos, seriam financiados através de fundos europeus em cerca de 80% e os restantes 20%, depois de terem ido a Conselho Intermunicipal, seriam divididos pelos 15 Municípios, de forma equitativa entre todos. Declarou que isto também era uma prova de que os 15 Municípios viam este projeto como uma obra de desenvolvimento regional, reforçando de alguma forma todo o trabalho desenvolvido nesse sentido. Especificou ser um sentido conjunto e pessoalmente não se cansava de agradecer aos colegas Presidentes de Câmara por terem a capacidade de continuarem a ver este projeto com este enquadramento.

Adiantou que continuavam em reuniões e que relativamente ao lançamento do concurso, pensava que até ao final do mês de março, o mesmo estaria lançado, confirmando que todos os estudos e projetos rondariam cerca de 1 milhão de euros. O senhor Presidente da Câmara declarou que depois desta etapa, encerravam uma página de algumas dúvidas e utopias que sempre foram utilizadas para que este projeto não se tornasse uma realidade.

Relativamente à questão dos resíduos, esclareceu terem-se visto colocados numa situação complicada devido à alteração das atividades não reguladas, quer na questão de monstros e verdes, quer na questão dos rcd's e outros resíduos como os óleos. Explicou terem incluído um acordo quadro relativamente aos rcd's e aos monstros e verdes com a Comunidade Intermunicipal, já existindo valores relativamente a este

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DO CRATO
ATA N.º 1/2020, DE 28 DE FEVEREIRO
REUNIÃO ORDINÁRIA



CRATO
Município

assunto, mas pedia desculpa por não trazer este item preparado. Sobre os oleões, explicou terem conseguido estabelecer um acordo com uma empresa que fazia a recolha gratuita e que ainda se propunha a remunerar os Municípios com a reposição de alguns equipamentos.

Elucidou que a questão dos resíduos verdes também era dividida consoante a forma como eram entregues, completando que se os mesmos estivessem devidamente divididos e tratados, não teriam qualquer custo, podendo até ser recebidos pela Valnor, mas caso se apresentassem misturados com outros produtos, seriam pagos à tonelada, estando aqui criado um problema.

O senhor **Presidente da Câmara** garantiu sempre terern olhado para esta questão com alguma atenção, sabendo que existia trabalho para fazer no Concelho do Crato e não fugindo a essa realidade tal como não fugiu a nenhuma outra durante estes dois anos. Esclareceu que por vezes tinham de escolher prioridades de ação e podia dizer que nos últimos dois meses esta era uma prioridade colocada em cima da mesa, com maior força, esperando que estivessem à altura quando se desse a mudança de ação, respondendo positivamente ao que se nos colocava.

Manifestou sermos confrontados com uma falta de enquadramento em termos de candidaturas para que os Municípios pudessem responder ao que seria ótimo. Aclarou que o investimento que teriam de fazer no nosso Concelho era elevado, que o mesmo não tinha sido visionado anteriormente como uma prioridade, vendo-se agora confrontados com esta realidade. Disse esperar que pudessem sair algumas candidaturas neste quadro de apoio Portugal 2020 ou através do Fundo Ambiental, que respondessem ao que pretendiam, porque de outra forma seria tudo através do Orçamento Municipal e teriam de tentar responder.

O senhor **Presidente da Câmara Municipal, Joaquim Diogo**, manifestou-se sobre o grupo G10, dizendo que nunca tinha ouvido falar sobre o mesmo, mas que achava a designação engraçada, dando até um certo ênfase de coragem ao referido grupo. Aclarou que neste momento o grupo G10 estava numa fase de avaliação financeira do cadastro que tinha sido inventariado através de um acordo quadro feito pela Comunidade Intermunicipal do Alto Alentejo.

Sublinhou que esta situação era de grande importância porque dela iria advir muito aquilo que seria o capital social de cada Município a integrar na nova empresa de gestão das águas. Lembrou que o objetivo colocado era terem todo este processo concluído até março, no sentido de poderem utilizar as Assembleias Municipais de abril para poderem tomar as decisões necessárias à constituição definitiva da empresa. Deu

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DO CRATO

ATA N.º 1/2020, DE 28 DE FEVEREIRO

REUNIÃO ORDINÁRIA



CRATO

Município

nota também que através dos Municípios já tinham sido submetidas algumas candidaturas ao nível das percias de água e já tinham recebido algumas aprovadas.

O senhor **Presidente da Câmara Municipal, Joaquim Diogo**, frisou não saber dizer concretamente se alguns avançaram com obra ou com abertura de concursos para responderem a essas aprovações, mas as duas candidaturas do Município do Crato ainda não tinham sido aprovadas. Sobre a questão do relatório das candidaturas adiantou que o Município do Crato tinha aprovado cerca de 3 milhões e 800 mil euros de candidaturas a fundos europeus, com mais algumas em análise. Afirmou não ter nenhum problema em preparar uma apresentação, tal como já o tinha feito anteriormente, sobre estas candidaturas, para estarem cientes do trabalho feito.

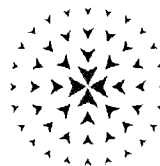
Declarou que à tomada de posse tinham sensivelmente aprovados 1 milhão de euros de candidaturas. Sobre o enquadramento feito pelo senhor Presidente da Junta de Freguesia de Monte da Pedra, pensou que o mesmo iria relevar o trabalho de abate de árvores feito em conjunto entre o Município e as Juntas de Freguesia. Pensou também que o senhor Presidente da Junta de Freguesia de Monte da Pedra iria relevar a forma como a Câmara estava disponível para responder a todos os trabalhos solicitados pelas Juntas de Freguesia. Destacou que o senhor Presidente da Junta de Freguesia de Monte da Pedra se tinha concentrado num erro e que certamente isso lhe dava mais prazer. Sobre o cemitério de Monte da Pedra alertou o senhor Presidente da Junta da mesma localidade, para que em vez de se concentrar no que dizia ser uma urgência e ser muito premente, devia antes, concentrar-se, no que dizia a Lei 75.

O senhor **Presidente da Câmara Municipal, Joaquim Diogo**, recordou que esse problema era uma competência da Junta de Freguesia e que competia à mesma resolver a questão. Completou que relativamente a este assunto, aquilo que tinha encontrado era “nada” e aquilo que tentava fazer era resolver.

Garantiu não conseguir resolver aquilo que deixaram para trás sem ser resolvido, mas garantiu que o que tinha à sua frente iria ser resolvido pois encontrava-se com muito estímulo para o fazer. Concluiu poderem contar com ele para resolver o que se aproximava, mas não contavam com a sua pessoa para resolver aquilo que tinha sido deixado para trás.

Tomou a palavra o eleito **Fernando Carmosino, da CDU**, dizendo que o senhor Presidente deu a informação correta do conjunto das questões, mas, isso não retira que os eleitos da Assembleia Municipal, e não o Presidente da Câmara em si próprio, se veja na contingência desta solidariedade entre municípios.

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DO CRATO
ATA N.º 1/2020, DE 28 DE FEVEREIRO
REUNIÃO ORDINÁRIA



CRATO
Município

Alguns municípios do distrito de Portalegre foram solidários uns com os outros, abdicando de verbas, mas considera que isso não pode acontecer, pois a CIMAA não é uma Autarquia, considerando que o Governo tem que olhar para estas questões, tais como ajudar as quinze Câmaras Municipais que fazem parte do distrito de Portalegre.

Disse que o senhor Presidente tocou no ponto certo, que é necessário a preços constantes de mercado um milhão de euros para o conjunto dos projetos que são necessários fazer, referindo que a Ministra do Interior deveria ter a sensibilidade para junto do Primeiro-ministro e do Ministro da Economia, dizer que esta é uma questão específica e que esta CIMAA necessita deste apoio, referindo que futuramente o custo final a curto, médio e longo prazo da água irá aumentar.

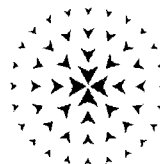
Referiu que tem a evolução de todas as Câmaras relativamente ao FEF (Fundo de Equilíbrio Financeiro) desde 2009 até agora, referindo que este Governo está a cumprir no incumprimento, pois foi este Governo que aumentou às Câmara e começou a cumprir a Lei das Finanças Locais nos últimos dois anos. Este Governo comprometeu-se a repor o cumprimento das Finanças Locais em três anos, aumentando no primeiro ano 25%, no segundo 25% e falta aumentar no terceiro ano em 50% e só assim cumprirá.

Referiu que nos transportes há um programa específico em que a CIMAA tem que se apressar, que saiu há pouco tempo e é no sentido de aumentar a oferta, ou seja, reforço de verbas para as CIM's sobre a entidade de transportes.

Interveio o senhor **Presidente da Câmara Municipal, Joaquim Diogo**, agradecendo mais uma vez estas questões, pois considera-as de grande importância e concordou genericamente com a questão da comparticipação referida pelo eleito Fernando Carmosino.

Disse que, os Municípios relativamente à questão da Barragem do Piso, estão a aproveitar esta oportunidade de uma forma muito presente e muito uniforme, não baixando os braços junto da Ministra da Coesão, sobre a Secretária de Estado da Valorização do Interior, sentido que os 20% acabam por ser uma penalização para os Municípios do Alto Alentejo, porque existem outros projetos que foram feitos noutras regiões em que não foi exigido isto aos Municípios, deixando bem claro que não serão estes 20% que são exigidos aos Municípios que os fará cair.

Disse que, quando elogia os seus colegas Presidentes de Câmara é pela solidariedade e vontade de que este projeto pode mudar algo do nosso território.



Relativamente à tarifa da água e se falar em tarifa aplicada terá que concordar com o eleito Fernando Carmosino, mas se falar de tarifa real discorda com essa intervenção, ou seja, os Municípios já subsidiam a tarifa real da água, pois as regras que a ERSAR coloca, são subsidiadas, quer de tarifários sociais quer de medidas que fazem baixar de alguma forma aquilo que deveria ser o tarifário real e sobre este assunto, na Câmara Municipal não existe unanimidade.

Informou que o Município do Crato andaria numa tarifa real de 23,00 euros e que aplica uma de 16,00 euros, e que as primeiras contas relativamente à tarifa, andarão entre os 19 e 20 euros aos 10 m³, com o primeiro período que será um ciclo de quatro anos da implementação da empresa, havendo municípios que estão numa situação muito pior.

Relativamente aos transportes disse que é uma situação delicada, relativamente ao aumento da oferta e o que se pretende neste momento é manter aquilo que existe, não aumentando os custos que cada Município já tem, ou seja, os Municípios já têm um custo relativamente aos transportes que não é do agrado, aumentar esse custo a cada Município, sendo que o primeiro cenário que foi colocado foi catastrófico e o segundo já está mais equilibrado com aquilo que é a realidade de hoje, em que por exemplo o Município do Crato vai conseguir uns pequenos ganhos laterais mas que na base total vai ficar a oferta exatamente como está, questão que está a ser discutida, pois as instruções vão no sentido que haja um aumento de oferta, estando-se a tentar provar que esse aumento seria para o Município de Sousel, porque não tem rede, ficou de fora, aumentando o desafio naquilo que é o trabalho junto da CIMAA.

PERÍODO CONCEDIDO AO PÚBLICO

Registou-se a presença de público, mas não houve pedidos de intervenção.

De seguida a Assembleia Municipal deliberou **aprovar** a presente ata sob minuta por **unanimidade**.

Por não haver mais assuntos a tratar, deu-se por **encerrada a sessão às vinte e três horas e cinco minutos**.

Arquivaram-se em pasta anexa, depois de assinados e rubricados, todos os documentos em discussão e lavrou-se a presente minuta de ata que vai ser assinada pela Presidente da Assembleia Municipal, **Sandra Maria Sias Cardoso**, e por mim, **Cristina Isabel dos Santos Pereira** que a elaborei e subscrevi.